



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

25/05/2016 - Convergência Digital

Anatel manda Claro reduzir preço de longa distância em 10,4%

A Anatel definiu em 10,43% a redução dos preços nas tarifas de longa distância da Claro, fora pela qual serão compartilhadas com os clientes os ganhos financeiros com a unificação dos negócios do grupo mexicano Telmex no Brasil – portanto, a própria Claro, a Net e a Embratel.

A medida vale para chamadas feitas entre telefones fixos e móveis e entrará em vigor em 1o de junho. Para a Anatel, os ganhos com a reestruturação, notadamente tributários, devem ser compartilhados com os clientes, como é praxe neste tipo de negócio.

Nas contas da agência, a unificação de CNPJs resultou em uma economia anual do grupo em cerca de R\$ 170 milhões. Como mencionado no processo, a ideia foi justamente não concentrar os ganhos no pla-

no básico – segundo a Anatel, se assim fosse a redução seria de 80% do valor atual, considerado inviável.

A proposta, apresentada pelo conselheiro Igor de Freitas e nesta quarta, 25/5, aprovada com pequenas alterações propostas por Rodrigo Zerbone, prevê uma mudança nessa prática de compartilhamento de ganhos. É que desta feita a divisão será não apenas no plano básico, mas também nos alternativos.

Desta forma, os valores das tarifas VC 2 (longa distância no mesmo DDD) ficariam em cerca de R\$ 0,60 no horário normal e R\$ 0,42 no horário de tarifa reduzida. No VC 3 (DDD diferente), os valores são, respectivamente R\$ 0,72 e R\$ 0,50. Os valores não consideram os impostos.

24/05/2016 - Convergência Digital

Inconstitucionalidade do Marco Civil vai direto ao Plenário do STF

Relatora da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Marco Civil da Internet, a ministra Rosa Weber decidiu abreviar o rito de julgamento e, sem conceder a liminar pedida pelo Partido da República, acionou Executivo e Legislativo para que se manifestem. A ideia é levar o julgamento diretamente para o Plenário do Supremo Tribunal Federal.

“Submeto a tramitação da presente ADI ao disposto no art. 12 da Lei nº 9.868/1999. Requistem-se informações ao Senhor Presidente da República interino, ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, a serem prestadas no prazo de dez dias. Após, dê-se vista ao Advogado-Geral da União e ao Procurador Geral da República, sucessivamente, no prazo de cinco dias”, decidiu a ministra.

Em português, significa que Rosa Weber decidiu levar o caso diretamente ao Plenário. Daí não ter nem mesmo mencionado o pedido de medida cautelar proposto pelo PR. Para o partido, ao eliminar dois incisos do artigo 12 do Marco Civil da Internet estaria fechada a brecha legal para

decisões judiciais que suspendem o funcionamento de aplicações como o WhatsApp em todo o país.

Na ADI 5527, o pedido é para que o STF considere inconstitucionais os incisos III e IV do artigo 12, que trata de eventuais sanções a provedores de conexão e aplicações na internet. Esse artigo diz que sem prejuízo de demais sanções criminais e administrativas, violações que envolvem guarda de dados poderão ser punidas com I) advertência, II) multa, III) suspensão temporária das atividades e IV) proibição do exercício das atividades.

Em tempo: A lógica do pedido pode ser questionada a partir das decisões do próprio Poder Judiciário em todas as vezes que um juiz de primeiro grau resolveu determinar o bloqueio geral do aplicativo no Brasil. Nos recursos que acabaram por derrubar tais decisões, os desembargadores frisaram que a suspensão total do serviço constitui medida desproporcional – entrando em conflito com o mesmo Marco Civil que a ADI tenta modificar.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/05/2016 - Rede Brasil Atual

A limitação de banda e a segregação da internet

Acadêmicos aponta para riscos de segregação da internet com novas regras que impõem limites para a banda larga fixa

Em artigo para o Observatório da Imprensa, acadêmicos da UnB falam sobre os riscos de segregação da internet com as novas regras de franquia de dados para a banda larga fixa. Eles mencionam o impacto aos serviços de streaming de vídeos, como YouTube e Netflix, mas lembram também que a iniciativa pode prejudicar alunos de Educação à Distância, empreendedores autônomos que utilizam a internet como trabalho e pequenas escolas e projetos sociais que se conectam através de redes domésticas.

"No cenário atual, no qual a internet se tornou uma fonte de exercício de direitos, aprendizado e entretenimento, a limitação seria negativa para milhares de usuários", dizem. "A medida afetaria decisivamente nossa relação com a internet, algo essencial para a sociedade de hoje".

Nos últimos dias, os usuários de internet no Brasil foram surpreendidos com o anúncio da Vivo de que contratos feitos a partir de 5 de fevereiro trariam em seu escopo novas regras de franquia de dados para a banda larga fixa. A medida já é praticada pela Oi e pela Net, com base em resolução da Anatel que regulamenta o serviço de comunicação multimídia. Isso quer dizer que a internet banda larga brasileira via redes fixas, uma das mais caras do mundo, poderia passar a adotar um sistema parecido com o utilizado na conexão via celulares: após alcançar limite de dados estabelecido por contrato, o acesso poderia ter velocidade reduzida ou até mesmo ser cortado. O usuário deveria optar entre planos com variação entre 80 GB e 130 GB e preços de acordo com a quota contratada.

No cenário atual, no qual a internet se tornou uma fonte de exercício de direitos, aprendizado e entretenimento, a limitação seria negativa para milhares de usuários. Serviços de streaming de vídeos como YouTube e Netflix, que necessitam de uma quantidade significativa de dados para funcionar efetivamente, seriam severamente afetados. O número de envios e downloads de

arquivos pesados, como vídeos, imagens, textos ilustrativos e áudios teriam que ser controlados pelo usuário e sua família. Além disso, a decisão tomada pelas empresas poderia prejudicar milhares de estudantes que fazem uso da Educação à Distância (EAD), empreendedores autônomos que utilizam a internet como trabalho e pequenas escolas e projetos sociais que se conectam através de redes domésticas. Ou seja, a medida afetaria decisivamente nossa relação com a internet, algo essencial para a sociedade de hoje.

É importante frisar que essa proposta de modelo de negócio não é nova e existe em vários países. Mas não é por isso que tal perspectiva estaria correta, especialmente se levarmos em conta duas premissas: 1) mais do que uma relação comercial, a internet tem se consolidado como um serviço essencial para a sociedade e 2) a forma como usamos a rede está intimamente ligada ao seu crescimento. Ou seja: o alto tráfego de informações, de serviços de e-gov, de cursos à distância, é consequência da maneira aberta e abrangente de usar a rede mundial de computadores. Liberdade, inclusive, é uma palavra intrinsecamente associada à internet.

Apesar de o art. 63 do Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia da Anatel permitir a instituição de modelo de negócio com limitação na conexão de dados, tal princípio colide com o Marco Civil da Internet e o Código de Defesa do Consumidor. O Marco Civil, em seu art. 7º, determina que a suspensão da conexão da internet só pode ser feita por débito decorrente diretamente da utilização. Já o Código de Defesa do Consumidor, no seu art. 39, veda práticas abusivas de fornecedores de serviços. Além disso, a prática comercial de imposição de limitação fere a neutralidade da rede, que veda que os prestadores de serviço de conexão à internet tenham conhecimento sobre a natureza de dado utilizado pelo usuário, ou privilegiem um tipo de dado em detrimento de outro, proibindo a cobrança de modo diferenciado consumo de bytes realizado.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Medidas contra a ação abusiva

Somada às ilegalidades acima citadas, existe a segregação social que a conexão com limite de dados pode acarretar na utilização da internet em nosso país, ferindo a concepção da rede como plataforma para o exercício de direitos. Se tal perspectiva for colocada em prática, ficará ainda maior a lacuna entre aqueles que têm e os que não têm acesso à internet. Somente quem possuir melhores condições financeiras estará apto a desfrutar das melhores possibilidades de conteúdo disponível na rede.

Através da restrição de dados, as operadoras de telecomunicação teriam mais um fator a considerar em suas propostas de vendas. Se antes o principal fator alterador do preço dos planos era a velocidade, o limite da franquia também poderia entrar na fórmula. Existiria ainda o perigo da formação de falsas ilusões de benefícios produzidos pelas empresas, como ofertas de internet ilimitada exclusivamente para órgãos públicos ou o fornecimento de maior franquia de dados se adotado algum plano conjunto de telecomunicação (como a soma dos serviços de TV a cabo, telefone e internet).

Decisões como essas não podem ser tomadas sem a discussão do assunto com os usuários. A resolução passou despercebida em várias áreas da mídia e muitos não entendem como a ação afetaria a utilização da rede. A Anatel se pronunciou dizendo que a proposta poderia ser positiva, promovendo um equilíbrio entre aqueles que usam mais e os que utilizam

menos a internet. Essa perspectiva, posteriormente criticada pelo governo federal, parece não levar em consideração que a qualidade da internet do Brasil é baixa e o perfil de milhares de usuários brasileiros que necessitam da internet diariamente não coopera com o modelo proposto.

Medidas contra a ação das empresas já estão sendo tomadas em todo o Brasil. Claudia Silvana, presidente da Associação Brasileira de Procons, comentou que a ação colide com os direitos dos consumidores e fere o Marco Civil da Internet. Diversos órgãos de defesa dos direitos do consumidor do país já entraram com ações contra a medida e o Idec, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, entrou com um processo na Justiça contra a restrição. A Proteste, Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, está com uma petição on-line que já conta com mais de 155 mil assinaturas e contata bloqueio da internet fixa. Além do apoio também de jornais, revistas e personalidades do YouTube, o grupo "Movimento Internet Sem Limites" surgiu no Facebook como uma forma de despertar o conhecimento e procurar soluções contra a medida. Em apenas uma semana, a página já conta com mais de 300 mil curtidas.

Portanto, diante dessa situação, é importante que a população discuta o assunto e exija de nossas autoridades medidas contra a ação abusiva. Afinal, a internet é uma porta de entrada a um mundo em constante crescimento e é nossa responsabilidade mantê-la aberta a todos.

30/05/2016 - Telesíntese

Ancine fixa metas de desempenho

Entre as metas, a agência vai fiscalizar o cumprimento das cotas de conteúdo nacional na TV paga em 30% dos canais qualificados

A Agência Nacional do Cinema publicou hoje, 30, no DOU, as metas e indicadores de desempenho institucional par ao período de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Entre eles, a agência pretende cumprir 80% de sua agenda regulatória; analisar e processar 100% das denúncias recebidas; verificar a regularidade do

cumprimento das cotas de conteúdo brasileiro em 1/4 (um quarto) dos canais de programação de espaço qualificado das empresas programadoras; e verificar, semestralmente, a regularidade do cumprimento de cota de empacotamento em 15 (quinze) pacotes das empresas empacotadoras.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/05/2016 - RBA

Governo Temer vai retirar subsídios à baixa renda no Minha Casa, Minha Vida

Interino avança desmonte de políticas sociais com os quais foi eleito vice de Dilma e retira subsídios do Minha Casa, Minha Vida

Alegando restrições orçamentárias, o governo do presidente interino, Michel Temer, decidiu acabar com os subsídios concedidos aos mutuários mais pobres dentro do Minha Casa, Minha Vida. As informações são do jornal O Globo.

Segundo a reportagem, o programa habitacional deixará de receber recursos do Tesouro Nacional, repassados pela União a fundo perdido, para subsidiar as famílias enquadradas na faixa 1 (renda de até R\$ 1.800) — às quais as residências são praticamente doadas — e na faixa 2 (até R\$ 3.600) — cujas prestações são bastante reduzidas, facilitando a quitação do financiamento. Antecipada a empresários pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, na semana passada, a decisão foi confirmada, diz o jornal, por fontes que trabalham no plano.

Além disso, técnicos teriam antecipado que o programa — um dos mais emblemáticos do governo do PT — mudará de nome. Michel Temer está decidido a não manter as marcas da gestão anterior, consideradas estratégias de marketing político.

Em 2015, o Tesouro desembolsou um total de R\$ 11,8 bilhões em subsídios para essas duas faixas. Neste ano, relatou Meirelles a empresários da construção civil, somente estão assegurados repasses para as contratações do Minha Casa já realizadas. O montante gira em torno de R\$ 3,5 bilhões. A redução dos subsídios faz parte do pacote de medidas do ajuste fiscal anunciado pelo ministro na última terça-feira.

Diante das restrições no Orçamento da União baixadas pelo governo interino de Michel Temer, a terceira etapa do Minha Casa Minha Vida está sendo

totalmente reformulada pelo Ministério das Cidades e deverá ser relançada com uma meta menos ousada, de até 1,5 milhão de unidades nos próximos três anos. A presidente afastada, Dilma Rousseff, havia prometido três milhões de residências às vésperas da campanha presidencial de 2014.

Borracha

Ainda segundo O Globo, o Minha Casa, Minha Vida não deve mudar de nome imediatamente, pois há obras contratadas na segunda fase do programa em andamento. Uma possibilidade é que isso ocorra no relançamento da terceira fase, como política habitacional do governo Temer. Siglas de outros programas, como o de Aceleração do Crescimento (PAC) e o de Infraestrutura e Logística (PIL) também deverão ser alterados. Os projetos com viabilidade econômica vão migrar para o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI).

Procurada, a assessoria de Henrique Meirelles confirmou o encontro com os empresários, mas evitou falar sobre as mudanças no Minha Casa, atribuição de outra pasta. Em nota, o Ministério das Cidades reafirmou o compromisso do atual governo com o programa:

"O Ministério das Cidades nunca alterou o compromisso com a continuação e prioridade do Programa Minha Casa Minha Vida, sem qualquer interrupção. Desde que assumiu a pasta, o ministro Bruno Araújo determinou aos secretários do ministério que fizessem um levantamento de todos os programas (...) Com base nesses dados, serão feitos aprimoramentos no programa, com cautela e sem paralisação."



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/05/2016 - RBA

Em menos de 20 dias, governo Temer já está na 'corda bamba'

Interino conseguiu aprovar mudança da meta, mas precisou trocar ministro, enfrentar impopularidade de medidas econômicas e vaias de populares. Ainda corre risco de ver o PMDB se afundar com a Lava Jato

O governo provisório de Michel Temer completa 19 dias hoje (30), mas a semana começa, como a terminou a passada: com o presidente interino envolvido em apuros, sendo protagonista de situações negativas no cenário político e tendo de conviver com vaias e impopularidade por conta dos impactos das medidas econômicas anunciadas. Temer conseguiu passar num único teste ao longo da semana, no Congresso Nacional, com a aprovação da proposta de alteração da meta fiscal do governo. Mas, em poucos dias de mandato, ele já precisou trocar um ministro, reverter embrulhadas e declarações desconfortáveis de integrantes da sua equipe e ainda recuar de decisão e voltar a criar uma pasta que havia suprimido: a da Cultura.

O presidente interino precisará, daqui em diante, de contar com forte apoio da base de sustentação ao seu governo no Legislativo para aprovar as medidas para melhoria da economia que anunciou, consideradas duríssimas e prejudiciais para a classe trabalhadora, além de apontarem para a privatização irrestrita, conforme já analisaram economistas e sindicalistas.

Para levar adiante seu plano de governo, apesar da interinidade, Temer precisa que as medidas passem pelo Congresso. E como muitas delas consistem em propostas de emenda à Constituição (PECs) dependem de dois terços do total de votos da Câmara e do Senado, certamente a empreitada será bastante difícil.

"A impressão que se tem é que, para conseguir levar a cabo as suas propostas, o grande investimento dele (Temer) está no trabalho pelo apoio do Legislativo, sem muita preocupação com a popularidade neste momento", afirmou o analista político Alexandre Bandeira, diretor da Associação Brasileira de Consultores Políticos no Distrito Federal (Abcop).

É uma situação delicada, em meio a uma base legislativa que pode rachar a qualquer hora, com as denúncias que envolvem caciques do PMDB na Lava Jato e que colocam a legenda do presidente no epicentro do escândalo de propinas nos contratos da Petrobras.

O primeiro estrago das gravações das conversas entre o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, e figuras de ponta do PMDB foi a derrubada de Romero Jucá (RR) do cargo de ministro do Planejamento. Mas Machado também conversou (e gravou estas conversas) com o senador Renan Calheiros (AL) e o ex-senador e ex-presidente José Sarney (AP).

Jucá e Machado falam claramente em bloquear a operação Lava Jato, sobre se fazer um "pacto" para barrar as investigações, tirar Dilma do poder e colocar Temer no lugar. E a presidenta afastada, Dilma Rousseff, já disse que usará estes áudios, principalmente o das declarações dele (Jucá), na apresentação da sua defesa no Senado, porque considera que está provada a ilegalidade do processo de impeachment contra ela de uma vez por todas.

Para completar, por ter esperado para que Jucá pedisse licença do cargo, numa forma de "saída honrosa" para um dos seus principais aliados, Temer foi motivo de piada entre lideranças partidárias que brincaram durante a sessão de terça-feira dizendo que ele tinha falhado num dos primeiros ensinamentos da política. "Ele faltou a esta aula. Não se pode colocar como ministro, um aliado que você não pode demitir", disse um senador que hoje faz parte da base de apoio ao Palácio do Planalto.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/05/governo-interino-de-temer-completa-16-dias-envolvido-em-embrulhadas-e-na-2018corda-bamba2019-6076.html>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/05/2016 - VERMELHO

Grazielle: Direitos cabem no Orçamento; "bolsa milionário", não

As medidas anunciadas pelo presidente provisório Michel Temer (PMDB-SP) apontam para reduzir o gasto público - com cortes em políticas e direitos sociais. A justificativa é equilibrar as contas do governo. Trata-se do antigo mantra neoliberal de que as garantias da Constituição de 1988 não cabem no Orçamento. No entanto, segundo Grazielle David, especialista em orçamento público, o que não cabe nas planilhas financeiras do Estado é o que ela chama de "bolsa milionário".

A expressão, ela explica, faz referência ao fato de que, no Brasil, ricos e super-ricos possuem privilégios fiscais que pesam nas costas dos mais pobres e prejudicam a arrecadação. Grazielle, que é assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), defende então o fim de regalias e a ampliação de tributos para as camadas mais altas da sociedade.

"O que não cabe no Orçamento é a isenção de Imposto de Renda nos Lucros e Dividendos, a carga tributária regressiva que pesa muito mais sobre os mais pobres e a classe média, a sonegação e a evasão fiscal e a dívida ativa da União", exemplifica, em entrevista ao Portal Vermelho.

De acordo com ela, o governo interino age de forma irresponsável ao querer implementar medidas que prejudicam o trabalhador, sobre quem já pesa uma carga tributária alta, injusta e regressiva. "Cortar os direitos justamente daqueles que mais contribuem, proporcionalmente, é o auge da irresponsabilidade, do descompromisso e da incapacidade de um governo", afirma.

Nas duas primeiras semanas, a equipe de Michel Temer já declarou que o país não tem condições de sustentar a universalidade do acesso à Saúde; defendeu a cobrança de mensalidades para cursos de

extensão e pós-graduação em universidades públicas; cancelou a construção de unidades do programa Minha Casa, Minha Vida; propôs uma reforma da Previdência com redução de direitos e ampliação da idade mínima; decidiu priorizar uma reforma trabalhista precarizante; anunciou o congelamento dos gastos públicos, inclusive em áreas subfinanciadas, como Saúde e Educação, entre outros.

Sem querer desagradar empresários e políticos que apoiam o impeachment e combatem a elevação de tributos, o presidente provisório evitou, até então, propor mais impostos. Grazielle, contudo, aponta que redistribuir a carga tributária, aumentando-a para as parcelas mais ricas da sociedade e desonerando as camadas mais baixas, além de promover uma maior justiça fiscal pode ajudar a alcançar o tão almejado equilíbrio nas contas públicas.

"As opções não são apenas cortar despesas ou aumentar a carga tributária. A justa e real opção é redistribuir a carga tributária, acabar com os privilégios", diz.

Lucros e dividendos

Grazielle ressalta que grande parte da estrutura tributária do país está baseada em impostos indiretos, ou seja, que incidem sobre o consumo de bens e serviços e não sobre a renda e a propriedade. Isso significa que, proporcionalmente, os mais pobres pagam mais impostos, já que possuem renda inferior, mas pagam o mesmo preço que os ricos por produtos e serviços. Além do mais, toda a sua renda é utilizada no consumo, enquanto uma parte importante da renda dos mais ricos acaba convertendo-se em riqueza e patrimônio, cuja tributação é menor.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/281497-1>